

Dívida externa: ingleses prevêm novas dificuldades.

Ao mesmo tempo em que os banqueiros ingleses começam a prever dificuldades na próxima rodada de negociações da dívida externa brasileira, técnicos do governo disseram ontem que a meta monetária, cujo limite de expansão passou de 50 para 95% no novo acordo com o FMI, deve sofrer novo estouro até o final do ano.

As dificuldades previstas pelos banqueiros ingleses, segundo explicou ontem uma fonte financeira oficial, devem-se à demora na renegociação de uma dívida de US\$ 453 milhões, contraída pelo Brasil junto ao governo inglês. Ocorre que, embora o Brasil tenha proposto o reescalamento desse débito no Clube de Paris, até hoje os dois países não assinaram um acordo, por absoluta divergência nos números.

Para os ingleses, o Brasil deve mais do que os US\$ 453 milhões projetados. O Brasil argumenta que, se o débito é maior, é pela

inclusão de financiamentos à exportação que não haviam sido contabilizados como sendo oficiais.

Assim, na explicação de técnicos do governo, os banqueiros ingleses querem, antes de aderir à próxima etapa de renegociação da dívida externa brasileira, a partir de outubro, que o governo inglês resolvesse o problema de seu crédito com o Brasil. Na prática, entende o técnico, a posição dos banqueiros ingleses é até boa para o Brasil, na medida em que poderá possibilitar rapidez nas negociações.

Quanto ao estouro da meta monetária, os técnicos do governo lembram que, na prática, a expansão real estará limitada a 72%, porque a fixação para 95% ocorre por "mágica contábil" acertada entre as autoridades econômicas e o Fundo Monetário Internacional. Assim, o arrocho monetário vai continuar, inclusive porque a cúpula econômica considera que, sem isso, a inflação só tende a aumentar.

A meta de expansão de 50% da base monetária, acertada no começo do ano com o FMI, já estava irremediavelmente comprometida, porque foi fixada em função de uma hipótese de inflação de 75% este ano. Estava implícita uma queda de 14,3% na liquidez real da economia. Porém, para manter esse mesmo nível de contração da liquidez, reiteram técnicos do governo, e admitindo-se otimisticamente uma inflação de 150%, tanto a base monetária como os meios de pagamentos poderiam crescer cerca de 115%.

O que vai ocorrer, sugerem os técnicos, é que o Brasil não conseguirá cumprir, mais uma vez, a meta monetária, mesmo porque a inflação não será inferior a 200%. Significa então que a liquidez real medida por papel moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos comerciais sofrerá um dos maiores arrochos dos últimos tempos.